



A perspectiva do PPI sobre a universalização do saneamento básico no Brasil – oportunidades e desafios

- Manoel Renato Machado Filho



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS



Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS

Metas Claras

99% - Abastecimento Água
90% - Esgotamento

Aumento de eficiência por competição de mercado

Vedação a novos contratos de programa e obrigação de licitação para os futuros contratos

Harmonização Regulatória

Uniformizar as regras e governança regulatória, propiciando segurança jurídica

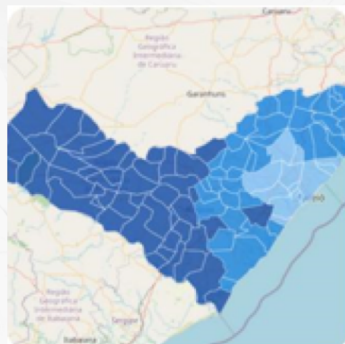
Regionalização

Busca da sustentabilidade do serviço através das economias de escala para atingir a universalização

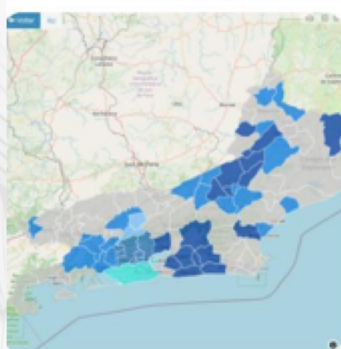
Como atingir os objetivos?

CONCESSÃO ÁGUA E ESGOTO

Alagoas
(Blocos A, B e C)



Rio de Janeiro
(Blocos 1,2,3 e 4)

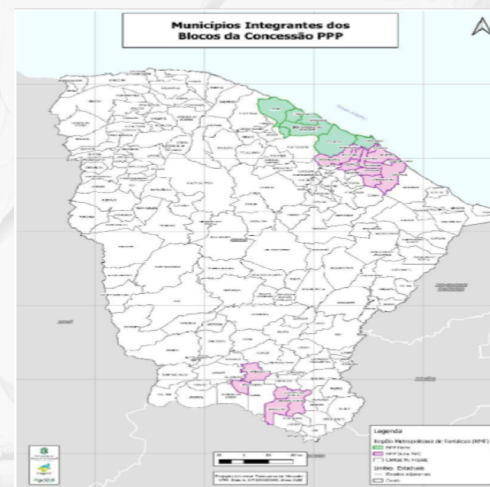


Amapá



Ceará

PPP ESGOTO



**Estados com concessões regionais
feitas a partir de 2020:**

- | | |
|------|------|
| ■ AL | ■ PA |
| ■ AP | ■ PI |
| ■ CE | ■ PR |
| ■ ES | ■ RJ |
| ■ MS | ■ SE |

Como atingir os objetivos?

DESESTATIZAÇÃO

São Paulo



Rio Grande
do Sul



OGU

Eixo Água Para Todos

- Abastecimento de Água Urbano
- Água Para Quem Mais Precisa (Rural)

R\$ 4,77 bilhões (230 operações)

R\$ 0,40 bilhão (164 operações)

Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes

- Esgotamento Sanitário
- Gestão de Resíduos Sólidos
- Prevenção a Desastres: Drenagem Urbana

R\$ 7,91 bilhões (244 operações)

R\$ 0,52 bilhão (66 operações)

R\$ 7,58 bilhões (188 operações)

Total Carteira OGU:
R\$ 21,18 bilhões (892 operações)

Novo PAC - Saneamento

Financiamento



Eixo Água Para Todos

- Abastecimento de Água Urbano

R\$ 7,29 bilhões (171 operações)

Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes

- Esgotamento Sanitário
- Gestão de Resíduos Sólidos
- Prevenção a Desastres: Drenagem Urbana

R\$ 14,65 bilhões (280 operações)

R\$ 0,22 bilhão (18 operações)

R\$ 6,63 bilhões (73 operações)

Total Carteira FIN:
R\$ 28,79 bilhões (542 operações)

Total

Eixo Água Para Todos

- Abastecimento de Água Urbano
- Água Para Quem Mais Precisa (Rural)

R\$ 12,06 bilhões (401 operações)

R\$ 0,40 bilhão (164 operações)

Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes

- Esgotamento Sanitário
- Gestão de Resíduos Sólidos
- Prevenção a Desastres: Drenagem Urbana

R\$ 22,65 bilhões (535 operações)

R\$ 0,84 bilhão (99 operações)

R\$ 14,21 bilhões (261 operações)

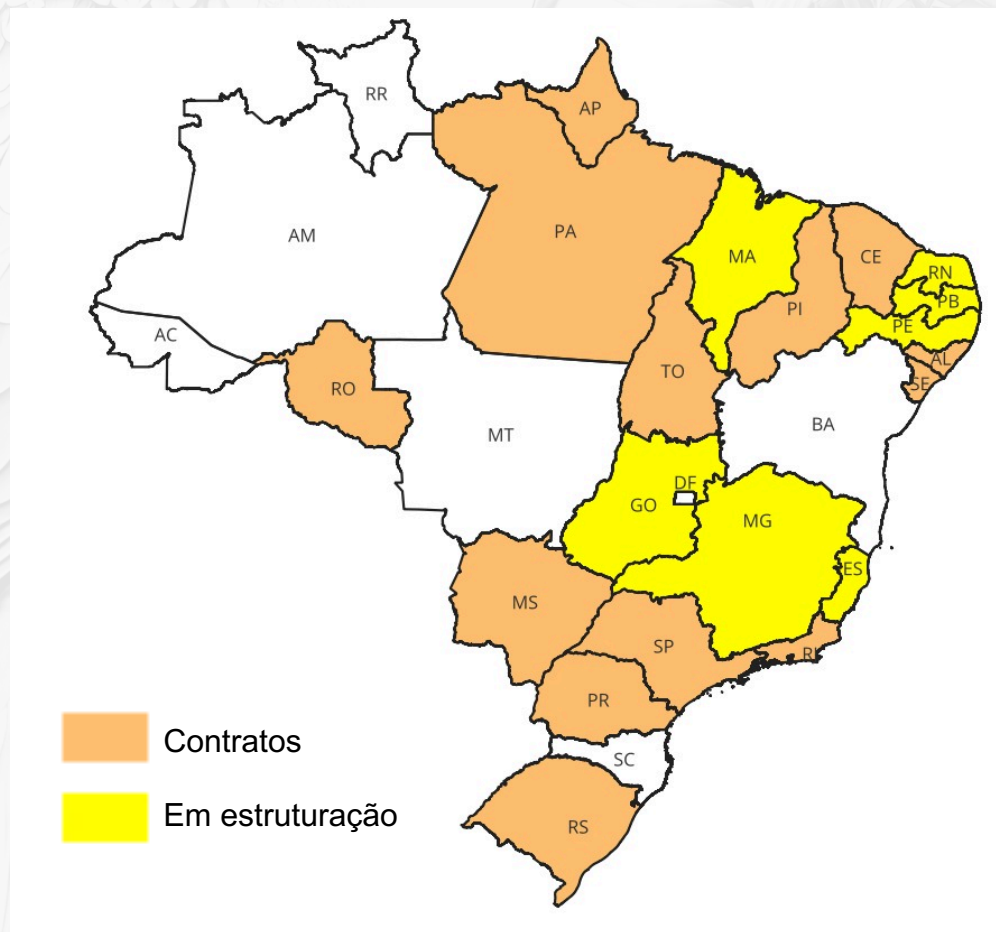
Total Carteira:

R\$ 50,16 bilhões (1.460 operações)

Carteira de Projetos

16 leilões realizados
desde 2020

16 projetos
~R\$ 150 bi
de investimento estimado, dos
quais
88 bi já contratados



Carteira de Projetos



Saneamento // Pipeline atual

	Paraíba	Rondônia	Porto Alegre	Pernambuco	Maranhão	Goiás	Minas Gerais (Copanor)	Rio Grande do Norte	Alagoas - Bloco D	TOTAL
Modelo	PPP de esgoto	Concessão	Concessão parcial	Concessão parcial	Concessão	PPP de esgoto	PPP de água e esgoto	PPP de esgoto	Concessão ou PPP	
Fase	Estudos técnicos	Consulta pública	Estudos técnicos	Consulta pública	Estudos técnicos	Estudos técnicos	Estudos técnicos	Estudos técnicos	Estudos técnicos	
População abrangida (milhões)	2,3	1,3	1,5	7,8	6,2	3,4	1,7	1,7	0,66	26,6 mi
Investimento estimado (bilhões)	R\$ 3,5	R\$ 4,9	-	R\$ 18,2	R\$ 18,7	R\$ 5,5	R\$ 3,5	R\$ 4,5	R\$ 1,7	R\$ 60,5
Previsão do Leilão**	1T/2026	3T/2025	Suspensão	3T/2025	2T/2026	1T/2026	3T/2025	3T/2026	2T/2026	

*A data de previsão do leilão é uma estimativa baseada em prazos médios de cada etapa dos projetos em estruturação. No decorrer do projeto, esse cronograma pode ser modificado.

Carteira de Projetos



Projetos leiloados

	Alagoas RM Maceió	Cariacica ES	Rio de Janeiro (Bl. 1, 2, 4)	Amapá	Alagoas (Bl. B e C)	Rio de Janeiro (Bloco 3)	Ceará (Bl 1 e 2)	Corsan	Sergipe	Pará (Blocos A, B e D)	Pará (Bloco C)	TOTAL (realizado)
Modelo estruturado	Concessão Plena (SAAEs) e modelo upstream/ Downstrea m (CASAL)	PPP de esgoto	Concessão Plena e modelo upstream/ downstrea m(grandes sistemas)	Concessão Plena (A&E)	Concessão Plena (SAAEs) e modelo upstream/ Downstrea m (CASAL)	Concessão Plena e modelo upstream/ Downstrea m (grandes sistemas)	PPP de esgoto	Privati zação	Concessã o Plena (SAAEs) e modelo upstream/ downstrea m (DESO)	Concessão parcial (bloco A) e concessão plena (blocos B e D)	Conces são plena	
População abrangida (milhões)	1	0,4	11,5	0,7	1,3	2,7	4,2	6,3	2,3	4,3	0,8	35,5 mi
Investimento estimado (bilhões) (A)	R\$ 2,60	R\$ 0,60	R\$ 29,70	R\$ 3,00	R\$ 4,80	R\$ 4,70	R\$ 6,20	R\$ 11,10	R\$ 6,30	R\$ 15,20	R\$ 3,6	R\$ 87,80
Leilão	set/20	out/20	abr/21	set/21	dez/21	dez/21	set/22	dez/22	set/24	abr/25	ago/25	

Impacto das Concessões e Privatizações **PPI**

(apoiadas pelo PPI)

Concessões e privatizações	Cobertura de Água	Cobertura de Esgoto
Pop. Atendida 2020	81.614.379	55.563.233
Pop. Atendida 2040	103.840.760	111.216.722
Incremento Populacional	22.226.381 (27,2%)	55.653.489 (100%)
Incremento no país	10,5%	26,1%

Metodologia: foram considerados os municípios que integram projetos cujas estruturas foram apoiadas pelo PPI (contratualizados e em estruturação), acrescidos da parcela relativa à privatização da SABESP e CORSAN. Também inclui municípios de MG e ES do Acordo de Mariana.

- ✓ Foram utilizadas bases de informações do SNIS e SINISA, bem como da ABCON.



Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS

Histórico do Apoio Federal

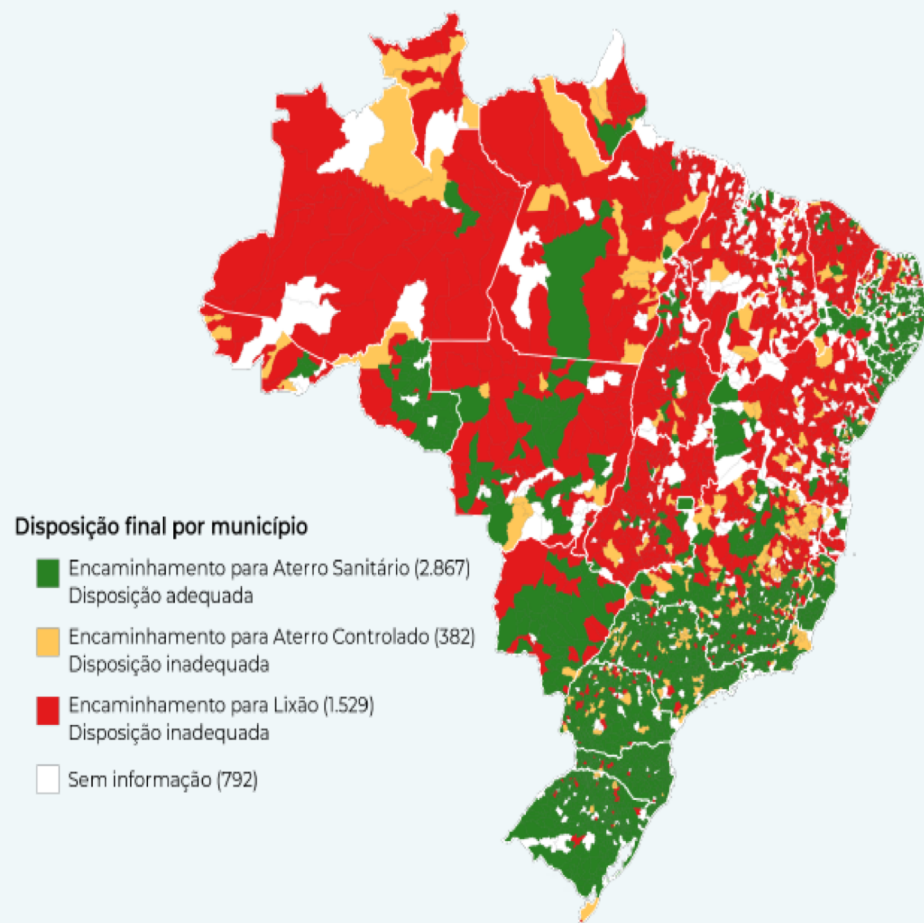
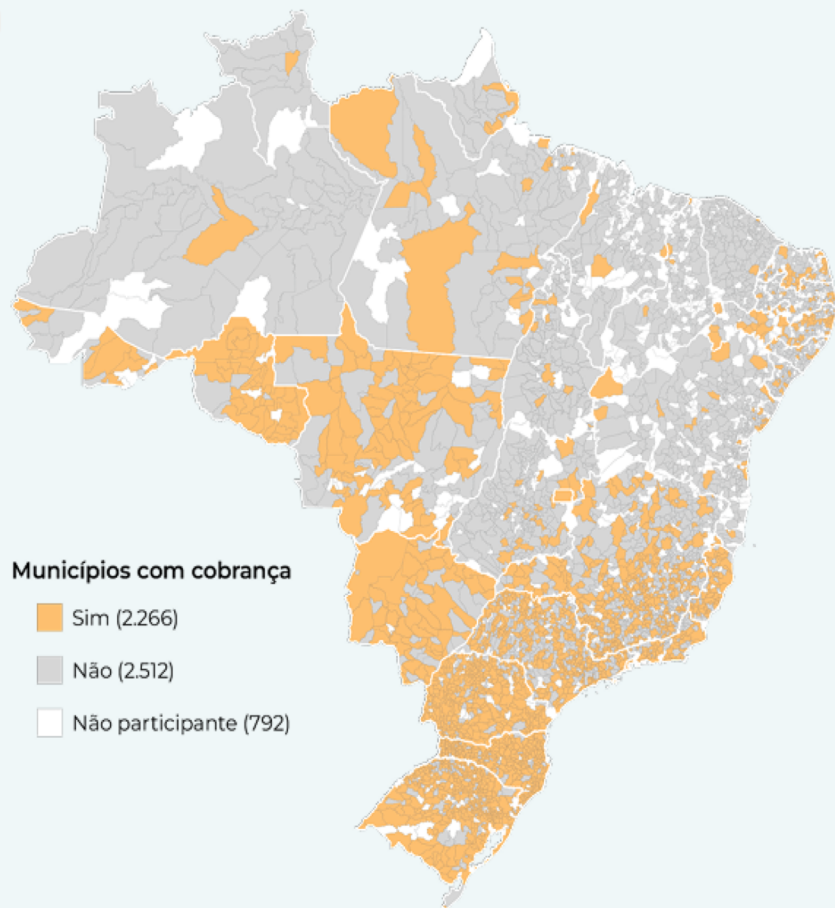
Resultado de apoio individualizado por município



Cobrança e Disposição final

(SINISA 2024 – Ano de Ref. 2023)

78% dos municípios que dispõem seus resíduos em lixões e aterros controlados não realizam a cobrança



Diretrizes Federais para estruturação de projetos de RSU

Nota Técnica Conjunta nº 001/2024 CC/PR/MCID/MMA

- 1ª - Abrangência territorial e de escopo da concessão;**
- 2ª - Estruturação tarifária para recuperação de custos, preferencialmente por cobrança conjunta de água, esgoto e RSU;**
- 3ª - Previsão de instrumentos para a inclusão e emancipação das catadoras e catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;**
- 4ª - Processos de Educação Ambiental para atingir as metas da concessão;**
- 5ª - Elaboração de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas para lixões e aterros controlados ativos;**
- 6ª - Compatibilização com os instrumentos de planejamento;**
- 7ª - Identificação de rotas tecnológicas a serem consideradas na concessão, conforme as especificidades do local em estudo;**
- 8ª - Implantação da coleta seletiva e estratégia cronológica de implementação das unidades de manejo de RSU e da execução de serviços relacionados à rota tecnológica da concessão;**
- 9ª - Previsão de instrumentos para o atendimento da Política Nacional sobre Mudança do Clima;**
- 10ª - Aprimoramento da estrutura administrativa e técnica do arranjo regional.**

Prestação Regionalizada



- ✓ Economia de escala com redução de custos dos serviços (atratividade)
- ✓ Compartilhamento de veículos e infraestruturas
- ✓ Uso de rotas tecnológicas compatíveis com metas do PLANARES
- ✓ Regulação uniforme para os municípios consorciados
- ✓ Implantação de tarifa para a região (subsídio cruzado interno e cobrança social)
- ✓ Fortalecimento da capacidade de gestão via consórcio

Escopo Completo



Escopo Parcial



Fundamentação jurídica

- Art. 35 da Lei 11.445/2007
- Resolução nº 79 da ANA

Modelo de cofaturamento com a água

- Boleto e código de barras único
- Redução da Inadimplência
- Cadastro de melhor qualidade

Uso da proxy com a água

- Relação com a geração de resíduo domiciliar
- Estímulo a redução da produção de resíduo
- Parâmetro mais justo

Impossibilidade da interrupção atividade essencial de coleta (impeditivo sanitário)



- ✓ **Necessidade de aprovações legislativas:** baixo engajamento e comprometimento político
 - ✓ Autorizar a gestão associada pelo consórcio
 - ✓ Autorizar a delegação do serviço
 - ✓ Implantar a cobrança de tarifas

- ✓ **Cofaturamento:** indisponibilidade da maioria dos prestadores de água e esgoto
 - ✓ Receio com relação ao aumento da inadimplência (mecanismo contratual para mitigação deste risco)
 - ✓ Não compartilhamento de valores
 - ✓ Correção ou reajuste anual do valor do cofaturamento
 - ✓ Importância dos reguladores

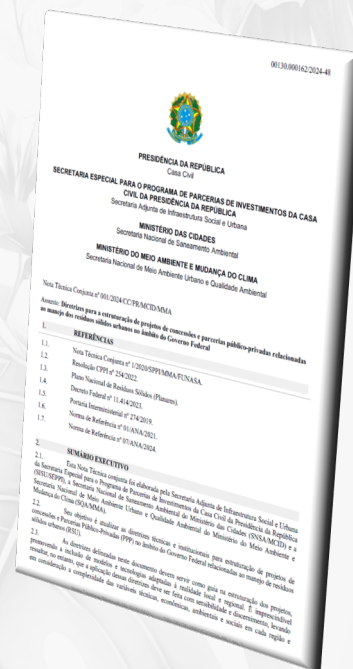
- ✓ **Boas referências em cofaturamento:** Sanepar e autarquias MG e SP.

Desafios de melhorar a capacidade de gestão do consórcio público



Aprimoramento da estrutura administrativa e técnica do arranjo regional

- ❖ Diagnosticar a estrutura técnica e administrativa do arranjo regional, **avaliando sua capacidade para gerenciar o contrato futuro**
- ❖ Caso necessário propor uma equipe profissional mínima, bem como os recursos e insumos adequados
- ❖ Disponibilizar ao arranjo regional minutas de ajustes normativos nos instrumentos contratuais e regulatórios





RESÍDUOS SÓLIDOS 19

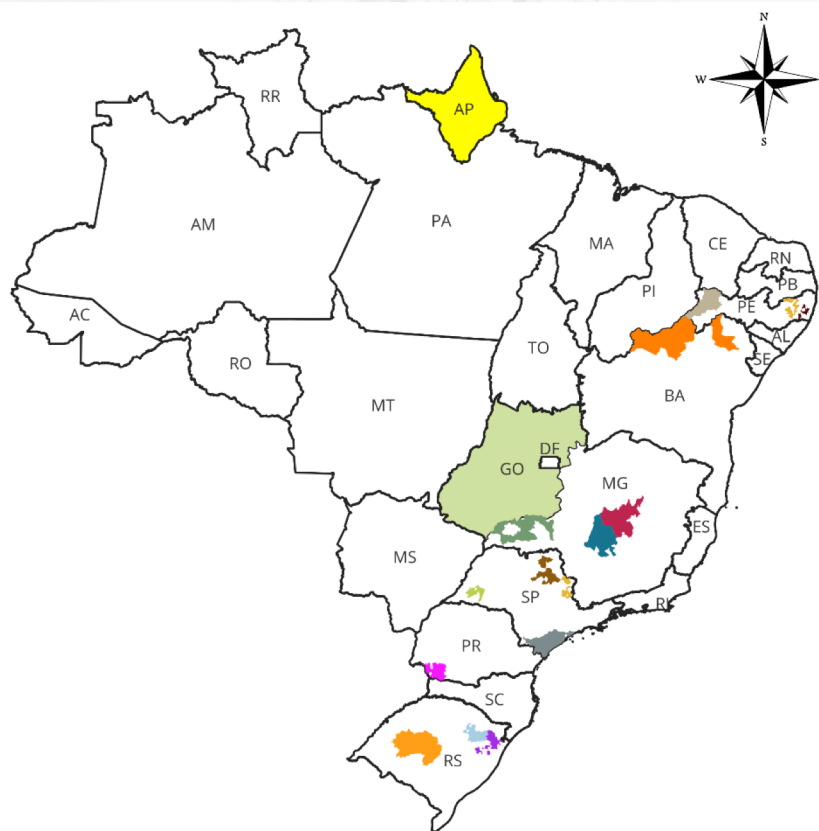
534 municípios
beneficiados

17 projetos
em carteira

16,0 milhões
de pessoas atendidas

Investimento estimado de
R\$ 6,5 bilhões

R\$ 16,4 bilhões
de OPEX estimado



Em Elaboração CAIXA

- Pró Sinos (RS)
- CIRC (RS)
- CISGA (RS)
- CONSUD (PR)
- CEMMIL (SP)
- CIRSOP (SP)
- CMM (SP)
- CONSAÚDE (SP)
- CIAS (MG)
- CIDES (MG)
- CORESAB (MG)
- CONIAPE (PE)
- COMSUL (PE)
- CISAPE (PE)
- CONSTESF (BA)

Em Elaboração BNDES

- AP
- GO

Resultados Esperados

- ✓ Sustentabilidade econômico-financeira
- ✓ Encerramento dos lixões
- ✓ Adequação da destinação de resíduos
- ✓ Melhoria na qualidade dos serviços públicos
- ✓ Inclusão dos catadores
- ✓ Fomento ao desenvolvimento econômico



[LINK](#)

OBRIGADO!



Secretaria Adjunta de Infraestrutura Social e Urbana

Secretaria Especial do Programa de Parcerias de
Investimentos da Casa Civil da Presidência da
República - SEPPI-CC-PR

PROGRAMA DE
PARCERIAS DE
INVESTIMENTOS



CASACIVIL



MANOEL RENATO MACHADO

Secretário Adjunto

Manoel.filho@presidencia.gov.br

**ACOMPANHE O PPI
NAS REDES SOCIAIS**



(61) 99668-9020



@ppinvestimentos



/ppinvestimentos



@ppinvestimentos



"INFRAESTRUTURA PARA UM BRASIL SUSTENTÁVEL E INTEGRADO"

